

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.488 - RJ (2019/0293137-1)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO IPERJ**  
**PROCURADOR : MARTINHO NEVES MIRANDA - RJ077428**  
**AGRAVADO : MARLY MATOS DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : DORCAS AMARO GUSTAVO PEREIRA - RJ120667**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ contra decisão que não admitiu recurso especial com fundamento nos óbices das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 270):

Apelação. Mandado de Segurança. Ordem Denegada e Extinção do Processo sem exame do Mérito. Cancelamento de pensão *post mortem*.

I - O direito líquido e certo, representa verdadeira condição específica da ação mandamental, de modo que a ausência de tal requisito conduz à denegação da segurança.

II - Douto Julgador *a quo* enfatizou que a existência de prole extensa e espaçada da Impetrante com o mesmo genitor, comprova a formação de união estável, o que afasta as condições inerentes à qualidade de beneficiária da Impetrante do pensionamento postulado, concluindo pela inexistência de direito líquido e certo a ser amparado pela via mandamental.

III - A inexistência de direito líquido e certo a ser protegido, afasta a condição de um dos requisitos do *Writ*, qual seja a condição da ação.

IV - Vestibular requer também o pagamento das parcelas pretéritas descontadas indevidamente, o que é vedado na sede mandamental. Inteligência do Verbete Sumular n.º 269 do STF.

V - Denegação da segurança e extinção do feito sem análise do mérito que se impõe. Exegese dos arts. 6º § 5º e 10 da Lei n.º 12.016/09. R. Sentença merecendo prestígio.

VI - Negado Provimento.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 291-298).

Nas razões do especial, o insurgente alega violação dos arts. 4º e 487, I, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015).

Sustenta que o magistrado de piso analisou o mérito da demanda. Assim sendo, a extinção do processo deve ocorrer com resolução do mérito.

Parecer do Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso

(e-STJ, fls. 383-390).

É o relatório.

Cuida-se, na origem, de mandado de segurança em que o impetrante se insurge contra ato administrativo de revogação de pensão, ficando a segurança denegada, com a extinção do processo sem exame do mérito, consoante dispõem os arts. 6º, § 5º, e 10, ambos da Lei n. 12.016/2009, c/c o art. 485, VI, da Lei de Ritos Civil.

No caso, o Tribunal de origem consignou que o direito líquido e certo é condição específica da ação mandamental e que a ausência de tal requisito conduz a denegação da segurança, sendo necessária, portanto, a extinção do processo sem exame do mérito.

Observa-se (e-STJ, fls. 271-272):

Como cediço, o direito líquido e certo, representa verdadeira condição específica da ação mandamental, de sorte que a ausência de tal requisito conduz à denegação da segurança.

Conforme se extrai da fundamentação da R. Sentença, o Douto Julgador enfatizou que a existência de prole extensa e espaçada da Impetrante com o mesmo genitor, caracterizada a formação de união estável, o que por si só afasta as suas condições inerentes à qualidade de beneficiária do pensionamento *post mortem*, concluindo pela inexistência de direito líquido e certo a ser amparado pela via mandamental.

Assim, frente à inexistência de direito líquido e certo a ser protegido, forçoso é o reconhecimento de que não restou preenchido um dos requisitos do Mandado de Segurança, qual seja a condição da ação.

Neste diapasão, assim dispõe o artigo 6º § 5º da Lei n.º 12.016/09, *in litteris*:

[...]

Art.6º A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.

5º Denega-se o mandado de segurança nos casos previstos pelo art. 267 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

[...]

Destarte, frente à ausência das condições da ação, como também a inadequação da via eleita, conforme antes demonstrado, nenhum reparo merece a R. Sentença, ultimando por denegar a segurança e extinguir o processo sem exame do mérito, com base nos arts. 6º § 5º e 10 da Lei n.º 12.016/09.

O acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento desta Corte Superior de que a ausência de uma das condições específicas do mandado de segurança enseja o reconhecimento da carência de ação, que não permite sequer o conhecimento das razões presentes no remédio constitucional.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ESCOPO. CARÊNCIA DA AÇÃO. INTERESSE - NECESSIDADE. OMISSÃO SANADA. EXTINÇÃO SEM MÉRITO.

1. O mandado de segurança, conforme ensinamento da doutrina, é uma ação de rito sumário especial, com status de remédio constitucional, que busca, via ordem corretiva ou impeditiva, fazer cessar atos de autoridade comissivos e omissivos, marcados de ilegalidade ou abuso de poder e suficientes para ameaçar ou violar direito líquido e certo.

2. Por se tratar de ação, também se encontra submetida às condições da ação e pressupostos processuais atinentes às normas do direito processual. Assim estabelece o art. 6º, caput e § 5º, da Lei n. 12.016/09.

3. No presente caso, verifico que o presente mandamus foi impetrado com vistas a compelir a autoridade coatora a publicar o ato administrativo que materializasse o retorno do impetrante ao cargo público ocupado. Conforme informações prestadas, a publicação restou efetivada.

4. Há, pois, carência superveniente, por ausência de uma das condições da ação, qual seja, o interesse de agir. A ausência de uma de suas condições enseja o reconhecimento da carência de ação, que não permite, sequer, o conhecimento das razões presentes neste remédio constitucional.

5. Mandado de segurança extinto sem apreciação do mérito, nos termos do arts. 212 do RISTJ, 6º, caput e §§ 3º e 5º da Lei n. 12.016/2009, e 267, VI (interesse - necessidade), do Código de Processo Civil.

(MS 21.019/DF, de minha relatoria, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 14/9/2015)

Ademais, a revisão do entendimento firmado pela Corte local, no tocante à inexistência de condição da ação mandamental, demandaria indubitavelmente o reexame de todo o material cognitivo produzido nos autos, desiderato incompatível com a via especial, conforme teor da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator